

I CONGRESSO NACIONAL DE PRÁTICAS DE ENSINO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA



BREVE REFLEXÃO: POSSÍVEIS IMPEDIMENTOS PARA NÃO OCORRÊNCIA DA ARTICULAÇÃO ENTRE O PROFESSOR DO AEE E ENSINO COMUM

I Congresso Nacional de Práticas de Ensino na Educação Inclusiva, 1^a edição, de 01/08/2024 a 02/08/2024
ISBN dos Anais: 978-65-5465-106-6

TROVO; Kariny Araujo Delgado¹

RESUMO

Resumo: A literatura especializada evidencia a dificuldade de articulação entre os trabalhos dos profissionais da educação como um dos desafios para o desenvolvimento pedagógico adequado com o alunos Público-Alvo da Educação Especial (PAEE). Este trabalho apresenta os possíveis impedimentos para não ocorrência da articulação entre as professoras regentes e professores da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) sobre o Atendimento Educação Especializado - AEE. Com o objetivo de compreender como ocorre a articulação entre trabalho pedagógico do Atendimento Educacional Especializado e o dos professores da sala comum, apresenta-se os resultados de uma pesquisa qualitativa, construída com utilização de material empírico, coletado em entrevistas com sete professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que trabalham em Salas de Recursos Multifuncionais – SRM, e de sete regentes de sala comum da rede municipal de Corumbá (MS), que atuam no Ensino Fundamental I, e que possuem, em suas salas, alunos PAEE atendidos pelo AEE. Os resultados das análises dos dados apontaram que os professores da SRM reconhecem a importância da interlocução para o sucesso na aprendizagem do aluno, no entanto vários fatores colaboram para não ocorrência. Fatores amplos e complexos que não estão vinculados ao desejo ou boa vontade dos professores em estabelecer a articulação, mas estão relacionados com todo contexto, onde trabalho docente é realizado. Outro aspecto mencionado refere-se às formações de educadores, que deveriam ser pensadas não apenas para o professor da educação especial, mas para todos os professores, de modo que em todas as formações os alunos PAEE deveriam ser considerados, principalmente como foco de um trabalho colaborativo. Levantou-se, também, que a equipe pedagógica poderia proporcionar momentos de estudos nas horas atividades dos regentes. Considera-se que é fundamental uma nova postura e modificação de concepções educacionais, para que a escola seja um espaço de diálogo entre todos e que favoreça a aprendizagem e garanta a qualidade no ensino de todos os estudantes.

O Atendimento Educacional Especializado que ocorre nas Salas de Recursos Multifuncionais, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), e deve ser oferecido pela escola, de acordo com a necessidade do aluno. Bürkle (2011) evidencia que o AEE não é um sistema à parte do ensino regular e os professores que realizam esse atendimento devem se relacionar com os demais docentes de forma colaborativa, a fim de propor estratégias que favoreçam a aprendizagem dos educandos. O Decreto nº 7.611, de 2011, que passou a orientar o Atendimento Educacional Especializado e dispõe sobre outras providências, destaca que:

A proposta contempla o atendimento em turno oposto àquele em que o aluno está matriculado e propõe uma inter-relação entre o professor da sala comum e o da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), a fim de garantir a acessibilidade ao currículo e um ensino que proporcione aprendizagem e participação de todos. (BRASIL, 2011).

O presente estudo decorre de uma dissertação de Mestrado que investigou os desafios enfrentados na

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, kariny.trovo@hotmail.com

articulação entre professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e do ensino regular. Para a realização do trabalho de campo, foram entrevistados sete professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que atuam trabalham em Salas de Recursos Multifuncionais – SRM, e de sete regentes de sala comum da rede municipal de Corumbá (MS), que atuam no Ensino Fundamental I, e que possuem, em suas salas, alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação (AH/SD), que compõem o Públíco-Alvo da Educação Especial (PAEE). Das entrevistas, foram escolhidas categorias de discussão - "Tensões Docentes" e "Condições de Trabalho" -, que foram sinalizados pelos professores entrevistados.

A pesquisa revela que diversos fatores têm contribuído para a falta de efetividade na interlocução entre esses profissionais, destacando-se especialmente o impacto da pandemia de COVID-19, período este, que fez parte da pesquisa e suas consequências no ambiente escolar.

Durante a pandemia, observou-se um distanciamento físico significativo entre os professores, o que dificultou encontros presenciais e a comunicação direta. Os relatos dos participantes apontam que visitas à escola para articulações muitas vezes resultaram infrutíferas devido à ausência dos professores do ensino regular ou ao ensino híbrido, no qual parte dos alunos permaneceu em modalidade remota. Esse cenário exacerbou as dificuldades pré-existentes na articulação, evidenciando um problema estrutural que não se limita apenas ao contexto pandêmico.

As tensões entre os professores do AEE e do ensino regular foram destacadas como um obstáculo significativo. Relatos indicam que alguns professores do ensino regular resistem à colaboração, percebendo o trabalho do AEE como intromissão em suas práticas pedagógicas tradicionais. Esta resistência reflete uma visão limitada sobre a inclusão e o papel complementar do AEE no suporte à diversidade de necessidades educacionais. Pereira (2018), considera que é essencial reforçar que para promover uma transformação na escola, é necessário abandonar práticas educativas tradicionais e excludentes. É fundamental adotar práticas educacionais inclusivas para superar barreiras construídas por concepções naturalistas. Precisamos reconhecer nossos alunos com deficiência como indivíduos que se desenvolvem dentro das relações sociais.

Algumas tensões surgem também de concepções limitadas sobre o processo educativo, como a crença de que o aprendizado ocorre de maneira tradicional e uniforme para todos os alunos, o que pode excluir práticas inclusivas que atendam às necessidades individuais dos alunos com NEE. Damásio (2018) ressalta que é fundamental compreender que o trabalho do profissional do AEE em ações inclusivas vai além do atendimento individual dos estudantes na sala de recurso multifuncional (SRM) de maneira segregada, pois envolve também o estabelecimento de diálogos com outros profissionais e setores da escola, tanto de forma direta quanto indireta, visando o desenvolvimento dos alunos PAEE.

Além das tensões docentes, as condições de trabalho emergem como um fator crítico. O tempo dedicado à articulação é escasso, concentrado geralmente em um dia específico da semana, o que dificulta a efetividade das interações. O número elevado de alunos atendidos em múltiplas escolas e a falta de recursos adequados também são apontados como barreiras para a construção de uma colaboração eficaz entre os professores. Vilaronga e Mendes (2014) também apontam que o excesso da demanda nos atendimentos individuais nas SRM acaba por impedir a atuação desse profissional junto aos professores do ensino regular e tempo para formação específica na carga horária de trabalho. Damázio (2018) nos esclarece que organizar espaços de diálogo entre todos os profissionais da escola é crucial para promover a troca de experiências, a colaboração e o desenvolvimento de estratégias conjuntas, garantindo que todos os alunos, especialmente os PAEE, recebam o apoio necessário para seu pleno desenvolvimento.

A formação continuada é considerada essencial para superar esses desafios. Professores expressaram a necessidade de formações conjuntas que abordem tanto as práticas do AEE quanto as do ensino regular. As políticas educacionais precisam fortalecer a implementação de práticas inclusivas, garantindo que todas as formações sejam acessíveis e relevantes para os profissionais envolvidos. Araujo e Fumes (2015) destacam a importância das formações continuadas como fundamentais para que os professores possam refletir sobre suas práticas docentes, buscando melhorar o desempenho escolar de todos os alunos. Nessa direção, Santos (2015) ressalta que muitas vezes as formações são "cursos pontuais e não refletem sobre o cotidiano da escola e não apresenta potencial emancipador da educação" (SANTOS, 2015, p. 6).

O estudo destaca a complexidade da articulação entre professores do AEE e do ensino regular, identificando múltiplos fatores que contribuem para as dificuldades encontradas. Superar esses obstáculos requer não apenas a adaptação de práticas pedagógicas, mas também mudanças estruturais e políticas que promovam

uma educação verdadeiramente inclusiva e colaborativa.

Este resumo expandido sintetiza as principais descobertas e reflexões da pesquisa, oferecendo uma visão abrangente dos impedimentos enfrentados na articulação entre professores no contexto da educação especial.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Layana Ribeiro; FUMES, NLA. formação de professores do atendimento educacional especializado da rede estadual na cidade de Maceió/AL. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. 2015.

BRASIL. MEC. SEESP. Diretrizes operacionais da educação especial para o Atendimento Educacional Especializado na educação básica, 2008.

_____. Ministério da Educação. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências. Diário oficial da União, Brasília, 18 de nov. 2011.

BURKLE, T. S. **A sala de recursos como suporte à educação inclusiva no Rio de Janeiro**:das propostas legais à prática cotidiana. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Centro de Educação e Humanidades. Faculdade de Educação. 2011.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. Metodologia do serviço do Atendimento Educacional Especializado em uma perspectiva inclusiva na escola regular. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, vol. 22, núm. 2, Supl., 2018, pp. 840-855. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras.

PEREIRA, E. M. **A Educação Inclusiva em Contexto de Sala de Aula**:Relações com o Atendimento Educacional Especializado. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Uberaba, 2018.

SANTOS, I. M. **As Divergências Entre O Discurso Oficial e As Pesquisas Da Anped Sobre O Atendimento Educacional Especializado**. 37ª Reunião Nacional da ANPED – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis, Santa Catarina.

VILARONGA Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. **Rev. bras. Estud. pedagog. (online)**, Brasília, v. 95, n. 239, p. 139-151, jan./abr. 2014 Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2176-66812014000100008&script=sci_arttext>. Acesso em: 21 set. 2022.

PALAVRAS-CHAVE: Atendimento educacional especializado, Interlocução, Sala comum